

APENSADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona.

DESPACHO:

29/06/2000 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, EM 23-08-00

REGIME DE TRAMITAÇÃO
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCJR	24/08/2000
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Osmar Serraglio Presidente: [assinatura]
Comissão de: Constituição e Justiça e de Redação de 21-11-00 Em: 10/10/2000
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____

PROJETO DE LEI Nº 3.353 DE 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.353, DE 2000
(DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO)

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As informações constantes em prontuários de pessoas que tenham sido indiciadas em inquérito policial, arquivado a pedido do Ministério Público, ou cujo processo penal tenha sido concluído com a absolvição, ou com a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, ou mesmo que tenham sido condenadas à pena de multa, terão caráter reservado e somente poderão ser acessadas mediante autorização judicial.

§ 1º Nos casos de arquivamento requerido pelo Ministério Público e de absolvição, os dados anotados serão considerados inexistentes a partir do trânsito em julgado para o Ministério Público, salvo, neste último caso, quando for cominada medida de segurança.

Art. 2º O desrespeito ao anteriormente estabelecido caracteriza abuso de autoridade nos termos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição é motivada a partir de algumas sugestões encaminhadas pelo ilustre advogado Antônio Roberto Barbosa, que percebeu que em certas situações mesmo aqueles que nada devem à Justiça ficam sujeitos a constrangimentos quando são levantados, de maneira irresponsável, dados sobre o seu passado sem a devida justificativa legal.

Assim nos casos de arquivamento requerido pelo próprio Ministério Público e a absolvição (exceto quando, apesar desta, há cominação de Medida de Segurança), não se justifica que o registro continue existindo como a perturbar a paz daquele que tem o direito de continuar a sua vida normalmente, na plenitude de sua cidadania.

A reserva dos registros, a propósito, já vem prevista na legislação em algumas situações, como no caso da concessão de *sursis* (art. 163, § 2º da Lei nº 7.210, de 11.7.84), de cumprimento e extinção da pena (art. 202 do mesmo estatuto), além da possível solicitação da reabilitação (arts. 93 a 95 do Código Penal).

Nesse intuito, solicito o apoio dos meus pares.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2000.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

Lote: 80
Caixa: 141
PL Nº 3353/2000
3

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	28 / 6 / 00 às 18:00 hs
Nome	Leilão
Ponto	3.204



DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

CÓDIGO PENAL

PARTE GERAL

TÍTULO V DAS PENAS

CAPÍTULO VII DA REABILITAÇÃO

Reabilitação

Art. 93. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo.

** Parágrafo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Art. 94. A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado:

I - tenha tido domicílio no País no prazo acima referido;

II - tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado;

III - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI



Parágrafo único. Negada a reabilitação, poderá ser requerida, a qualquer tempo, desde que o pedido seja instruído com novos elementos comprobatórios dos requisitos necessários.

** Parágrafo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Art. 95. A reabilitação será revogada, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

.....

.....



LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

REGULA O DIREITO DE
REPRESENTAÇÃO E O PROCESSO DE
RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA
CIVIL E PENAL, NOS CASOS DE ABUSO
DE AUTORIDADE.

Art. 1º O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente Lei.

Art. 2º O direito de representação será exercido por meio de petição:

a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;

b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

.....

.....



LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

INSTITUI A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

TÍTULO V DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO CONDICIONAL

Art. 163. A sentença condenatória será registrada, com a nota de suspensão, em livro especial do juízo a que couber a execução da pena.

§ 1º Revogada a suspensão ou extinta a pena, será o fato averbado à margem do registro.

§ 2º O registro e a averbação serão sigilosos, salvo para efeito de informações requisitadas por órgão judiciário ou pelo Ministério Público, para instruir processo penal.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 202. Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

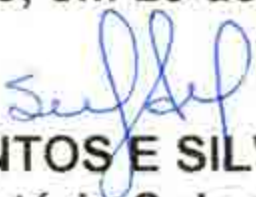
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.353/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 18/10/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2000


SUELY SANTOS E SILVA MATINS
Secretária Substituta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.353, DE 2000

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona.

Autor: Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

Relator: Deputado OSMAR SERRAGLIO

I - RELATÓRIO

Prevê este Projeto de Lei que as informações constantes de prontuários de indiciados em inquérito policial, arquivado ou quando houver absolvição, só serão acessados mediante autorização judicial.

Argumenta-se que em certas situações essas informações são levantadas de maneira irresponsável, sem justificativa legal.

Não houve apresentação de emendas.

Cabe-nos o pronunciamento sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e o mérito do Projeto.

É o relatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame atende aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da C.F.), ao processo legislativo (art. 59 da C.F.) e à legitimidade de iniciativa (art. 61 da C.F.).

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

No mérito, entendemos que o Projeto é benéfico aos acusados, ante o princípio constitucional da presunção de inocência, garantindo o resguardo da honra daqueles que são absolvidos ou cujo inquérito é arquivado.

A divulgação sobre a existência desses processos, sem justificativa legal plausível, poderia constituir sério constrangimento, com a produção, inclusive, de danos morais à imagem de pessoas inocentes.

Desse modo, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.353/00 e, no mérito, somos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2000.


Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

01183007-146



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.353, DE 2000

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.353/00, nos termos do parecer do Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, André Benassi, Bispo Rodrigues, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Geovan Freitas, Iédio Rosa, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Genoíno, José Roberto Batochio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Moroni Torgan, Nelson Marchezan, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Claudio Cajado, Domiciano Cabral, Jairo Carneiro, Luis Barbosa, Nelo Rodolfo, Orlando Fantazzini e Ricardo Rique.

Sala da Comissão, em 14 de novembro de 2001

Deputado INALDO LEITÃO
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.353-A, DE 2000 (DO SR. JOSÉ ROBERTO BATÓCHIO)

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. OSMAR SERRAGLIO)

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

S U M Á R I O

● Projeto Inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



***PROJETO DE LEI Nº 3.353-A, DE 2000
(DO SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO)**

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. OSMAR SERRAGLIO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 30/06/00*

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

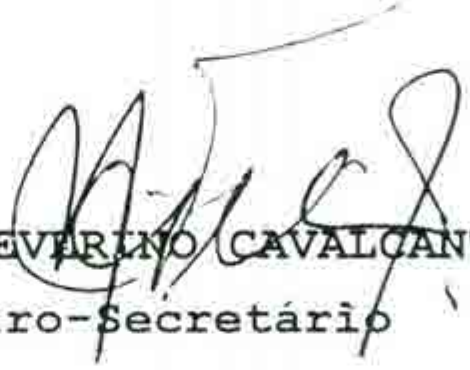
PS-GSE/ 168 /02

Brasília, 12 de abril de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.353, de 2000, da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,


Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As informações constantes em prontuários de pessoas que tenham sido indiciadas em inquérito policial, arquivado a pedido do Ministério Público, ou cujo processo penal tenha sido concluído com a absolvição, ou com a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, ou mesmo que tenham sido condenadas à pena de multa, terão caráter reservado e somente poderão ser acessadas mediante autorização judicial.

Parágrafo único. Nos casos de arquivamento requerido pelo Ministério Público e de absolvição, os dados anotados serão considerados inexistentes a partir do trânsito em julgado para o Ministério Público, salvo, neste último caso, quando for cominada medida de segurança.

Art. 2º O desrespeito ao disposto nesta Lei caracteriza abuso de autoridade nos termos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de abril de 2002



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.353

de 2000.

AUTOR

SEÇÃO DE SINOPSE

EMENTA

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona.

JOSÉ ROBERTO BATOCCHIO.

ANDAMENTO

Sancionado ou promulgado

PLENÁRIO

28.06.00

Apresentação e leitura do Projeto.

Publicado no Diário Oficial de

MESA

29.06.00

Despacho: A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação - Art. 24,

II, DCD 301 CCJ CC, pág. 36405, col. 01

Vetado

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

23.08.00

Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Razões do veto-publicadas no

10.10.00

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Distribuído ao relator, Dep. OSMAR SERRAGLIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

18.10.00

Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

25.10.00

Não foram apresentadas emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

14.11.01

Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. OSMAR SERRAGLIO, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

VIDE VERSO

MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)

- 14.11.01 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
(PL 3.353-A/00).

MESA

- 19.02.02 Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 19 a 27.02.02.

MESA

- 28.02.02 OF SGM-P 38/02, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

- 13.03.02 Aprovação unânime da redação final, oferecida pelo relator, Dep Léo Alcântara.
(PL. 3353-B/00)

MESA

- Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.353-A, DE 2000 (Do Sr. José Roberto Batochio)

Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. OSMAR SERRAGLIO)

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As informações constantes em prontuários de pessoas que tenham sido indiciadas em inquérito policial, arquivado a pedido do Ministério Público, ou cujo processo penal tenha sido concluído com a absolvição, ou com a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, ou mesmo que tenham sido condenadas à pena de multa, terão caráter reservado e somente poderão ser acessadas mediante autorização judicial.

§ 1º Nos casos de arquivamento requerido pelo Ministério Público e de absolvição, os dados anotados serão considerados inexistentes a partir do trânsito em julgado para o Ministério Público, salvo, neste último caso, quando for cominada medida de segurança.

Art. 2º O desrespeito ao anteriormente estabelecido caracteriza abuso de autoridade nos termos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição é motivada a partir de algumas sugestões encaminhadas pelo ilustre advogado Antônio Roberto Barbosa, que percebeu que em certas situações mesmo aqueles que nada devem à Justiça ficam sujeitos a constrangimentos quando são levantados, de maneira irresponsável, dados sobre o seu passado sem a devida justificativa legal.

Assim nos casos de arquivamento requerido pelo próprio Ministério Público e a absolvição (exceto quando, apesar desta, há cominação de Medida de Segurança), não se justifica que o registro continue existindo como a

perturbar a paz daquele que tem o direito de continuar a sua vida normalmente, na plenitude de sua cidadania.

A reserva dos registros, a propósito, já vem prevista na legislação em algumas situações, como no caso da concessão de *sursis* (art. 163, § 2º da Lei nº 7.210, de 11.7.84), de cumprimento e extinção da pena (art. 202 do mesmo estatuto), além da possível solicitação da reabilitação (arts. 93 a 95 do Código Penal).

Nesse intuito, solicito o apoio dos meus pares.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2000.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

CÓDIGO PENAL

PARTE GERAL

TÍTULO V
DAS PENAS

CAPÍTULO VII DA REABILITAÇÃO

Reabilitação

Art. 93. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo.

** Parágrafo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Art. 94. A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado:

I - tenha tido domicílio no País no prazo acima referido:

II - tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado:

III - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Parágrafo único. Negada a reabilitação, poderá ser requerida a qualquer tempo, desde que o pedido seja instruído com novos elementos comprobatórios dos requisitos necessários.

** Parágrafo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

Art. 95. A reabilitação será revogada, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.*

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

REGULA O DIREITO DE
REPRESENTAÇÃO E O PROCESSO DE
RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA
CIVIL E PENAL. NOS CASOS DE ABUSO
DE AUTORIDADE.

Art. 1º O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente Lei.

Art. 2º O direito de representação será exercido por meio de petição:

a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;

b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

.....

.....

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

INSTITUI A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

.....

TÍTULO V
DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

.....

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO CONDICIONAL

Art. 163. A sentença condenatória será registrada, com a nota de suspensão, em livro especial do juízo a que couber a execução da pena.

§ 1º Revogada a suspensão ou extinta a pena, será o fato averbado à margem do registro.

§ 2º O registro e a averbação serão sigilosos, salvo para efeito de informações requisitadas por órgão judiciário ou pelo Ministério Público, para instruir processo penal.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 202. Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO


TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.353/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº

10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 18/10/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2000


SUELY SANTOS E SILVA MATINS
Secretária Substituta

I - RELATÓRIO

Prevê este Projeto de Lei que as informações constantes de prontuários de indiciados em inquérito policial, arquivado ou quando houver absolvição, só serão acessados mediante autorização judicial.

Argumenta-se que em certas situações essas informações são levantadas de maneira irresponsável, sem justificativa legal.

Não houve apresentação de emendas.

Cabe-nos o pronunciamento sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e o mérito do Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame atende aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da C.F.), ao processo legislativo (art. 59 da C.F.) e à legitimidade de iniciativa (art. 61 da C.F.).

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

No mérito, entendemos que o Projeto é benéfico aos acusados, ante o princípio constitucional da presunção de inocência, garantindo o resguardo da honra daqueles que são absolvidos ou cujo inquérito é arquivado.

A divulgação sobre a existência desses processos, sem justificativa legal plausível, poderia constituir sério constrangimento, com a produção, inclusive, de danos morais à imagem de pessoas inocentes.

Desse modo, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.353/00 e, no mérito, somos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2000.


Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

III – PARECER DA COMISSÃO

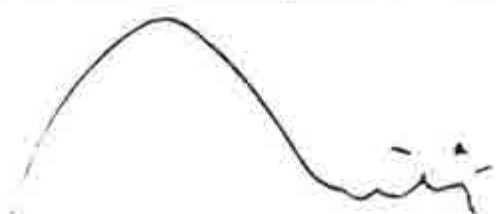
A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.353/00, nos termos do parecer do Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, André Benassi, Bispo Rodrigues, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Geovan Freitas, Iédio Rosa, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Genoíno, José

Roberto Batochio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Moroni Torgan, Nelson Marchezan, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Claudio Cajado, Domiciano Cabral, Jairo Carneiro, Luis Barbosa, Nelo Rodolfo, Orlando Fantazzini e Ricardo Rique.

Sala da Comissão, em 14 de novembro de 2001



Deputado INALDO LEITÃO
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 186/07 Senado Federal

Comunica o arquivamento do PL nº 3.353/00.

Em: 13/05/07

Publique-se. Arquive-se


ARLINDO CHINAGLIA
Presidente



Ofício nº 186 (SF)

Brasília, em 07 de fevereiro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Osmar Serraglio
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de arquivamento de Projeto de Lei.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2002 (PL nº 3.353, de 2000, nessa Casa), que “Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indiciadas ou processadas, nas hipóteses que menciona”, foi arquivado nos termos do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme instruções contidas no Ato do Presidente do Senado Federal nº 97, de 2002.

Atenciosamente,



Senador Papeteo Paes
no exercício da Primeira Secretaria

PRIMEIRA SECRETARIA
EM, 08/02/2007

De ordem, ao Senhor Secretário-
Geral da Mesa, para as devidas
providências.


LUIZ CÉSAR LIMA COSTA
Chefe de Gabinete

Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: **PL-3353/2000** Autor: **José Roberto Batochio - PDT / SP** 

Data de Apresentação: 28/06/2000

Apreciação: Proposição Sujeita a Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA. Aguardando Retorno.

EMENTA: Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indicadas ou processadas, nas hipóteses previstas na legislação.



INDEXAÇÃO: NORMAS, RESERVA, DIVULGAÇÃO, ANOTAÇÃO, PRONTUÁRIO, INDICIADO, INQUÉRITO POLICIAL, ARQUIVAMENTO, MINISTÉRIO PÚBLICO, CONCLUSÃO, PROCESSO JUDICIAL, ABSOLVIÇÃO, EXTINÇÃO DA PRESCRIÇÃO, PRETENSÃO PUNITIVA, PENA, MULTA, CARATER SECRETO, ACESSO, AUTORIZAÇÃO, AUTORIZAÇÃO JUDICIÁRIA, POSTERIORIDADE, TRANSITO EM JULGADO, DECLARAÇÃO, INEXISTÊNCIA, DADO, INTERAÇÃO ABUSIVA DE AUTORIDADE.

Despacho:


20.6.2000 - DESPACHO INICIAL À CCJR - ARTIGO 24, II.

Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão) PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Osmar Serraglio 




Publicação e Erratas

Publicação A de 14/11/2001 

Última Ação:

12/4/2002 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal, através do Of. PS-GSF/168/02.

1 - O acompanhamento da tramitação de proposições é baseado na lei e conclusiva sobre o mérito pelo sistema de consulta web disponibilizado nos órgãos competentes.

Verificação:	
28/06/2000	PLENÁRIO (PLEN) APRESENTAÇÃO E LEITURA DO PROJETO PELO DEP JOSE ROBERTO BATOCHIO.
29/06/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO INICIAL À CCJR - ARTIGO 24, II.
29/06/2000	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Publicação de Proposição,  DCD 30.06.00 PÁG 36405 COL 01. 
29/06/2000	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) ENCAMINHADO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.
04/07/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) RELATOR DEP OSMAR SERRAGLIO.
06/07/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.
27/07/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
11/11/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do relator pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. 
14/11/2000	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

	Aprovado por Unanidade e Parecer
11/10/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Emissão e publicação do parecer da CCJR. (PL 3353-A/00). DCD:15/11/01 Pág. 58872 C01.02. 
11/11/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para apresentação de recurso artigo 122, § 2º do RI (05 sessões) de 19 a 27/02/02. DCD:19/02/02 Pág. 6133 C01.02.
28/12/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo para Recurso.
08/1/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Of. SGM-P/38/02 à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, Parágrafo Quarto e Artigo 24, II, do RI.
14/1/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhado à CCP
21/1/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à CCJR
21/1/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJR.
17/1/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator: Dep. João Mollitoni
12/1/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebida a Redação Final
13/1/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovado por Unanidade e Parecer 
21/1/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encaminhado à CCP
20/1/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encaminhamento à CCP para publicação.
12/1/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal, através do Of. PS-CSE/168/02.
7/2/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 186/07(SI) comunicando o arquivamento da proposição.

Carlastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa